

**DA ARTICULAÇÃO À CONSOLIDAÇÃO: A FETAMCE E A LUTA DOS
TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
CEARENSE**

***DE LA ARTICULACIÓN A LA CONSOLIDACIÓN: FETAMCE Y LA LUCHA DE LOS
TRABAJADORES DEL SERVICIO PÚBLICO MUNICIPAL DE CEARÁ***

***FROM ARTICULATION TO CONSOLIDATION: FETAMCE AND THE WORKERS'
STRUGGLE IN THE MUNICIPAL PUBLIC SERVICE OF CEARÁ***



Germana Farias ARAGÃO¹
e-mail: germanaaragao@gmail.com



Aldiva Sales DINIZ²
e-mail: aldiva_sales@uvanet.br

Como referenciar este artigo:

ARAGÃO, Germana Farias; DINIZ, Aldiva Sales. Da articulação à consolidação: a Fetamce e a luta dos trabalhadores e trabalhadoras do serviço público municipal cearense. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 10, n. 00, e026005, 2026. e-ISSN: 1984-1647. DOI: 10.35416/2026.11188.



| Submetido em: 26/08/2025
| Revisões requeridas em: 03/02/2026
| Aprovado em: 19/02/2026
| Publicado em: 23/04/2026

Editores: Prof. Dr. Nécio Turra Neto
Profa. Me. Karina Malachias Domingos dos Santos

¹ Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA), Sobral – Ceará (CE) – Brasil. Mestre em Geografia e professora de Geografia das redes pública e privada de ensino.

² Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA), Sobral – Ceará (CE) – Brasil. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia.

RESUMO: As discussões sobre o movimento sindical no Brasil sempre estiveram atreladas à garantia de direitos da classe trabalhadora, sobretudo a partir do processo de industrialização brasileira. O presente artigo trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, tendo como objetivo analisar a historicização do surgimento do movimento sindical dos servidores públicos brasileiros em diálogo com o sindicalismo no estado do Ceará, abordando brevemente a trajetória da Fetamce, desde sua articulação anterior à Constituição Federal de 1988 até os dias atuais, assim como a atuação de mulheres que, por meio de seu protagonismo político e sindical, consolidaram a federação como instrumento de luta da classe trabalhadora do ramo dos servidores públicos municipais cearenses. Mesmo havendo entraves político-ideológicos, os resultados indicam que o sindicalismo do serviço público cearense é marcante e transformador e cumpre um papel essencial na promoção de uma estrutura sindical inclusiva e justa.

PALAVRAS-CHAVE: Sindicalismo brasileiro. Gênero. Território. Geografia do trabalho. Serviço público municipal.

***RESUMEN:** Las discusiones sobre el movimiento sindical en Brasil siempre han estado vinculadas a la garantía de los derechos de la clase trabajadora, especialmente a partir del proceso de industrialización brasileña. El presente artículo es una investigación de naturaleza cualitativa que tiene como objetivo analizar la historización del surgimiento del movimiento sindical de los servidores públicos brasileños en diálogo con el sindicalismo en el estado de Ceará, abordando brevemente la trayectoria de la Fetamce desde su articulación anterior a la Constitución Federal de 1988 hasta la actualidad, así como la actuación de las mujeres que, por medio de su protagonismo político y sindical, consolidaron la federación como instrumento de lucha de la clase trabajadora del sector de los servidores públicos municipales cearenses. Aun existiendo obstáculos político-ideológicos, los resultados indican que el sindicalismo del servicio público cearense es significativo y transformador, y cumple un papel esencial en la promoción de una estructura sindical inclusiva y justa.*

PALABRAS CLAVE: Sindicalismo brasileño. Género. Territorio. Geografía del trabajo. Servicio público municipal.

***ABSTRACT:** Discussions about the labor union movement in Brazil have always been linked to the guarantee of workers' rights, especially since the country's industrialization process. This article is a qualitative study that aims to analyze the historic development of the Brazilian public servants' union movement emergence in dialogue with unionism in the state of Ceará. It briefly addresses the trajectory of Fetamce from its organization prior to the 1988 Federal Constitution to the present day, as well as the role of women who, through their political and union leadership, have consolidated the federation as an instrument of working class struggle in the municipal public service sector in Ceará. Despite political and ideological obstacles, the results indicate that public sector unionism in Ceará is significant and transformative, playing an essential role in promoting an inclusive and fair union structure.*

KEYWORDS: Brazilian unionism. Gender. Territory. Labor geography. Municipal public service.

Introdução

O presente artigo é fruto da dissertação de mestrado intitulada “A participação das mulheres na luta sindical: a atuação da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras no Serviço Público Municipal do Estado do Ceará – FETAMCE”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú, localizada no município de Sobral (CE). A dissertação analisou as relações de gênero no movimento sindical cearense, que refletem o movimento sindical brasileiro, no qual o machismo, a misoginia, o apagamento histórico da atuação da mulher, a negação de espaços políticos e a dominação masculina estão enraizados na estrutura da sociedade. Questões de gênero, relações de trabalho, estrutura produtiva e sindicalismo são amplamente estudadas pela Sociologia, Filosofia e História.

No entanto, a Geografia também se torna um campo de estudo relevante, pois a ciência geográfica investiga o espaço geográfico, definindo por territórios onde ocorrem as relações de poder. Nesse sentido, a dissertação explorou as relações de gênero na política sindical das servidoras e dos servidores públicos municipais do Ceará, apresentando a história do surgimento da Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Estado do Ceará (Fetamce). A pesquisa destaca como a política sindical é executada no Ceará, com ênfase na promoção da igualdade de gênero, fomentada pela federação e implementada pelas entidades sindicais nos municípios cearenses.

Nessa perspectiva, este artigo trata-se de um percurso teórico-metodológico da pesquisa de dissertação de mestrado, tendo como recorte e objetivo analisar em breves notas a historicização do surgimento do movimento sindical dos servidores públicos brasileiros em diálogo com o sindicalismo no Estado do Ceará, abordando a trajetória da Fetamce desde sua articulação anterior à Constituição Federal de 1988 até os dias atuais, assim como a atuação de mulheres que, por meio de seu protagonismo político e sindical, consolidaram a federação como instrumento de luta da classe trabalhadora do ramo dos servidores públicos municipais cearenses.

Para tanto, utilizou-se a pesquisa de natureza qualitativa para delinear a historicização da Fetamce em sintonia com o movimento sindical no Brasil. Segundo Apolinário (2012), toda pesquisa carece de revisão bibliográfica. É a partir deste entendimento que esta produção acadêmica aponta novas contribuições teóricas para as discussões sobre o movimento sindical, com ênfase na política sindical no estado do Ceará. O cotidiano do movimento sindical se apresenta como uma ampla escola, desafiando-nos a ler, aprender e, acima de tudo,

compreender os processos nos quais estamos envolvidas. Tanto no âmbito da militância quanto no profissional e não da formação pessoal, o movimento sindical nos impulsiona a nos tornarmos seres humanos melhores, contanto que sejamos capazes de realizar ponderações, onde reside um desafio fundamental.

Em diversos momentos da militância, deparamo-nos com inúmeras contradições. É importante destacar que, neste momento, também atuamos como pesquisadora e militante sindical. Não podemos separar nossa identidade de pesquisadora da de militante, pois nosso coração bate mais forte diante de pequenos avanços e se enche de ternura pela luta, apesar dos constantes ataques que enfrentamos como mulheres. Em todas as esferas políticas, a misoginia, a homofobia e o machismo ainda persistem, tornando nossa perseverança um ato de rebeldia. Continuamos acreditando em nosso papel como agentes de transformação, mesmo diante das diversas formas de violência de gênero às quais estamos sujeitas.

Conforme destacado por Haesbaert (2004), a investigação das relações entre os sindicatos e o Estado no âmbito territorial busca compreender a maneira como as entidades que representam os trabalhadores organizam suas ações em diferentes escalas territoriais, seja no âmbito municipal, estadual ou nacional. Carvalho e Thomaz Júnior (2020), destacam que as relações entre sindicatos e o Estado tornam-se complexas devido à divisão da classe em categorias e a segmentação territorial (municípios), proporcionando uma vantagem ao capitalista que exerce hegemonia sobre o território.

Nesse contexto, o lugar emerge como o ponto de territorialização dos fenômenos, resultado do embate entre capital e trabalho, tornando-se a referência central para uma análise geográfica. Contudo, é crucial reconhecer que o lugar não se isola da realidade, é um microcosmo integrado a um movimento mais amplo, que transcende o local para adquirir conotações globais, mantendo, no entanto, sua relevância local. A Geografia destaca-se pela compreensão dessas grandezas escalares.

Desse modo, além da introdução, o artigo está organizado em três seções temáticas. No tópico intitulado “*a evolução do movimento sindical no Brasil: desafios, conquistas e diversidade de perspectivas*”, é apresentado, em breves notas, como a classe trabalhadora se organizou no Brasil, considerando aspectos históricos, sociológicos e geográficos e um pouco da evolução do movimento sindical diante dos entraves políticos e ideológicos. Na seção temática “*a efervescência política e o surgimento do novo sindicalismo no Brasil dos anos 1980*”, é traçado um panorama de como surgiu um novo sindicalismo brasileiro em sintonia com a atuação do sindicalismo diante de governos anteriores. No último tópico temático

intitulado “*a atuação política da FETAMCE no território cearense*”, é destacado em síntese o surgimento desta instituição após a constituição de 1988.

A evolução do movimento sindical no Brasil: desafios, conquistas e diversidade de perspectivas

O território que constitui hoje o Brasil foi invadido e saqueado no processo de colonização europeia, resultando na exploração da mão de obra e na imposição de condições precárias ao seu povo. As mudanças nos ciclos econômicos, como o ciclo da cana-de-açúcar, do ouro e do café, moldaram as relações de trabalho e influenciaram a organização da classe trabalhadora em resposta a exploração e opressão que enfrentaram. Inicialmente, utilizou-se a mão de obra dos povos indígenas, seguida pela escravização de africanos, marcada por uma violenta imigração forçada. A violência se intensificou com a política de branqueamento e o incentivo a absorção da mão de obra de imigrantes europeus. Esses trabalhadores europeus contribuíram para a organização da classe trabalhadora brasileira diante da exploração imposta.

A resistência dos trabalhadores e trabalhadoras ao longo da história é um elemento crucial para entender a formação territorial do Brasil e a organização da classe trabalhadora. A escravidão foi uma instituição cruel e desumana que deixou marcas profundas na história e na sociedade brasileira. Após a abolição da escravatura em 1888, os descendentes dos africanos escravizados enfrentaram desafios significativos em busca por igualdade e integração na sociedade brasileira. Muitos foram relegados a empregos informais e precários, perpetuando desigualdades econômicas e sociais. O legado da escravidão ainda está presente na atualidade com profundas disparidades raciais e sociais no Brasil.

É verdade que a exploração e a opressão no país não se limitaram apenas à escravidão, que ainda permanece tendo apenas se adequado às transformações do mundo do trabalho, mas incluíram formas de exploração e discriminação de pessoas livres. Além disso, a sociedade brasileira foi historicamente marcada por profundas desigualdades de gênero e étnicas. O “branqueamento” foi uma política debatida e incentivada em alguns momentos da história brasileira como uma tentativa de “melhorar” a população através da miscigenação com europeus, com a intenção de diminuir a presença de traços africanos e indígenas. Essa política reflete a mentalidade racista e a hierarquia racial que permeavam a sociedade da época.

Conforme Pochmann (2022), durante períodos de expansão do capitalismo, especialmente em suas fases iniciais, houve uma retórica liberal que enfatizava a ideia de que o livre mercado e a ausência de intervenção estatal seriam os melhores caminhos para o progresso econômico e social. No Brasil, o Estado de bem-estar social foi conquistado ao longo de muitas lutas travadas pela classe trabalhadora. Poucos avanços foram concretizados, sempre em uma mediação de forças entre aqueles que são abrangidos ou parcialmente atendidos pelo Estado e os que não se reconhecem como classe trabalhadora. Esses últimos frequentemente fortalecem o discurso de uma elite que apoia a onda capitalista do Estado mínimo. Portanto, é necessário enfatizar que as conquistas sociais e trabalhistas no Brasil resultaram de um contínuo esforço coletivo, sempre em confronto com interesses contrários.

Nesse contexto, de acordo com Pochmann (2022), as primeiras formas de organização dos trabalhadores brasileiros emergem da precariedade do Estado em promover políticas públicas que atendam a população trabalhadora e menos abastada por meio do sindicato de ofício, voltado à defesa da valorização do trabalho livre e à resistência diante da exploração capitalista. Naquela época, o sindicato atuava como instituição de multifuncionalidade nas áreas da formação (escola de artes de ofício), saúde, previdência (fundos de ajuda mútua), cultura (saraus de centro de convivência) e política.

Os sindicatos de ofício, que datam do final do século XIX e início do século XX, foram as primeiras formas de organização dos trabalhadores no Brasil. Eles eram focados em grupos específicos de profissionais, como artesãos e operários qualificados, e buscavam não apenas melhorar as condições de trabalho, mas também criar uma rede de apoio social e econômico para os membros. Com o estado mínimo, muitas vezes faltavam instituições de proteção social e apoio aos trabalhadores, o que levou os próprios trabalhadores a se organizarem para suprir essas lacunas. Esses sindicatos não apenas lutavam por melhores condições de trabalho, mas também desempenhavam um papel fundamental na construção de uma identidade coletiva entre os trabalhadores e na promoção de valores de solidariedade e justiça.

Essa forma de organização sindical no Brasil mostra a importância da ação coletiva dos trabalhadores e trabalhadoras para reivindicar seus direitos e melhorar suas condições de vida. Esses movimentos também contribuíram para moldar a trajetória do movimento sindical brasileiro ao longo do tempo. As transformações ocorridas no contexto pós-abolição e as mudanças no cenário internacional contribuíram incisivamente para criar condições propícias para o início do processo de industrialização no Brasil, ajudando a moldar a economia e a sociedade do país no século XIX e início do século XX.

A força de trabalho é um tipo de mercadoria especial nesse processo de geração de lucro. Ela é composta pelas mulheres e pelos homens que, desprovidos de qualquer posse, contam apenas com a força dos seus corpos e suas capacidades intelectuais para conseguirem sobreviver. O seu caráter especial é devido ao fato de que, as determinações de mercado, somam-se as necessidades e interesses imediatos e históricos desses despossuídos para definir o seu preço, que é chamado de salário (Rossi, 2009, p. 9-10).

Algumas questões são gritantes e se torna um equívoco contextualizar a organização dos trabalhadores e trabalhadoras sem considerar as desigualdades sociais, raciais, de gênero e de acesso a oportunidades no Brasil, especialmente no contexto do mercado de trabalho e do ingresso dos trabalhadores no serviço público. O racismo estrutural e outras formas de opressão são realidades que têm impactado a sociedade brasileira, influenciando a distribuição de oportunidades, a ocupação de cargos e as condições de vida de diferentes grupos étnicos.

Nesse sentido, a classe trabalhadora é produto das contradições geradas pelo capitalismo, da expropriação da força de trabalho do trabalhador, da exploração de classe e da violência física e moral imposta pelos patrões para produzir lucros e acumular riquezas. No Brasil, a classe operária e outras classes trabalhadoras surgiram com o final da escravidão, no período pós-1880, e depois com a abolição da escravatura e o surgimento do trabalho assalariado em larga escala, no século XX.

A formação da sociedade brasileira deixou profundas marcas, influenciando as dinâmicas sociais, políticas e econômicas até os dias atuais. A transição para a República no Brasil trouxe desafios de construção e manutenção de uma democracia instável. A fragilidade das instituições democráticas e a presença de golpes ao longo da história têm impactos diretos nas políticas públicas, na organização dos trabalhadores e na promoção de direitos sociais.

Foi somente com a imigração de camponeses e operários europeus, durante o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, que as experiências nas lutas operárias pautadas nas ideologias políticas constituídas na Europa contribuíram para a organização do movimento sindical. Muitos dos imigrantes europeus já haviam vivenciado o movimento sindical e as lutas operárias em seus países de origem, onde as ideias socialistas e anarquistas estavam em ascensão.

Eles trouxeram consigo conhecimento sobre a organização dos trabalhadores, reivindicações por melhores condições de trabalho e estratégias de mobilização como greves e ações diretas, influenciando o discurso em torno da exploração capitalista e das desigualdades sociais. Essas ideologias influenciaram a formação dos movimentos sindicais no Brasil, contribuindo para uma abordagem mais radical na busca por direitos trabalhistas e justiça social.

É incontestável a contribuição dos imigrantes na organização dos trabalhadores brasileiros. Todavia, é importante lembrar que a resistência e a luta por dias melhores e por liberdade antecedem a incompleta abolição de 1888. A história ainda omite a capacidade de mobilização e de luta dos trabalhadores que foram escravizados e dos escravizados livres. Assim, é importante dizer que os trabalhadores tiveram suas lutas invisibilizadas durante muitos anos nas produções acadêmicas. A organização da classe trabalhadora circunda o capitalismo e suas metamorfoses desde sua formação, quando foram submetidos à exploração. Conforme elucida Mattos (2009, p. 13).

Uma história de desventuras e aventuras de trabalhadores em padarias, entre 1876 e 1912, contada por um líder de categoria, João de Mattos, num manuscrito localizado entre os papéis apreendidos pela polícia política carioca nos anos de 1930. No manuscrito, João registra suas memórias sobre as lutas dos empregados em padarias desde a época da escravidão até o momento das mobilizações sindicais.

Assim, as contradições da luta de classe propicia o surgimento do movimento sindical, que vai muito além de um instrumento de superação do capitalismo, representando os interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras em um dado momento por reivindicações remuneratórias e por melhores condições de trabalho, pois eram impostas jornadas exaustivas em locais insalubres e perigosos, assim como a organização se manteve viva a cada tentativa de desarticulação pela reestruturação produtiva tornando-se espaço de lutas que superam as questões trabalhistas e envolvem os direitos sociais negado aos trabalhadores, trabalhadoras e a uma grande parcela da população brasileira.

Segundo Rossi (2009) os sindicatos são espécies de organismos sociais voltados para a defesa dos interesses econômicos e sociais dos trabalhadores de suas respectivas categorias profissionais, tendo o propósito de buscar melhorias salariais, melhores condições de trabalho e de vida de maneira geral para seus membros. Destaca-se que os sindicatos também desempenham um papel unificador ao representar coletivamente os trabalhadores e trabalhadoras, independentemente de diferenças como sexo, raça, religião, orientação sexual ou afiliação política. O movimento sindical é, de fato, uma parte integral da vida política da classe trabalhadora.

Com a população predominantemente agrícola e as atividades econômicas voltadas para campo, os trabalhadores se organizam durante a República Velha (1889-1930). Nas primeiras décadas do século XX no Brasil, a industrialização ainda estava em estágios iniciais no país, representando uma parcela limitada da população empregada. Mattos (2009) destaca que existia

uma presença significativa de mulheres e crianças como mão de obra das fábricas, principalmente nas indústrias têxteis, submetidas a condições de trabalho precarizadas, salários mais baixos e jornadas exaustivas, muitas vezes equivalentes as dos homens. O autor ainda ressalta que as denúncias de superexploração, acidentes, doenças e violências no ambiente de trabalho eram comuns na imprensa operária, e particularmente chocantes eram as histórias de abuso contra as mulheres e a violência direcionada as crianças.

Os sindicatos desempenharam um papel importante como os principais defensores e porta-vozes dos trabalhadores e trabalhadoras nesse período. Embora não fossem, em sua maioria, diretamente envolvidos na política eleitoral devido à falta de direito de voto para muitos trabalhadores e para as mulheres, os sindicatos ainda representavam um ponto central de organização e mobilização política. Eram responsáveis por canalizar as demandas, as reivindicações e os descontentamentos dos trabalhadores, buscando melhores condições de trabalho, salários justos e uma transformação social mais ampla.

Paula (2015) considera como referência primordial para as organizações operárias no Brasil em um primeiro momento, o sindicalismo revolucionário inspirado no modelo francês e fortemente influenciado por pressupostos anarquistas. Seu objetivo era organizar as trabalhadoras e os trabalhadores para a greve geral e que, segundo Molina (2017), procuravam, a partir das lutas sindicais, derrubar o regime capitalista, o Estado e toda forma de opressão. Ainda, destaca-se seu caráter internacionalista, já que havia um forte sentimento de luta para além das fronteiras, considerando o isolamento territorial no processo organizativo dos instrumentos burgueses para fragmentar os operários e operárias. Assim, as lutas sindicais roubam a cena no Brasil, sendo a greve o principal instrumento de resistência.

Segundo Paula (2015), as lutas operárias duramente reprimidas nos governos da República Velha, passam a ter outra interpretação na Ditadura Vargas ou na Era Vargas (1930 a 1945), repleta de conflitos políticos com conjunturas bastantes distintas em seu bojo, entendendo-as no âmbito da conciliação de classes e não necessariamente como uma questão policial. A Constituição de 1934 trouxe algumas mudanças significativas no âmbito sindical, buscando limitar a influência dos sindicatos anarquistas e comunistas, ao mesmo tempo em que permitia uma certa pluralidade e autonomia sindical dentro de alguns limites. Entre as mudanças introduzidas estão: pluralidade e autonomia sindical, ou seja, a nova Constituição permitiu a existência de múltiplos sindicatos dentro de uma mesma categoria profissional, o que visava fragmentar o movimento sindical e enfraquecer as forças mais unificadas.

Além disso, a Constituição reconheceu a autonomia sindical em relação ao Estado, embora ainda mantivesse uma certa subordinação ministerial, proibição de organismos unitários como tentativa de evitar a criação de sindicatos que reunissem várias categorias profissionais e, conseqüentemente, tivessem maior poder de negociação e influência, restrições à organização sindical nos locais de trabalho, dificultando o acesso das direções sindicais às bases e a participação efetiva dos trabalhadores nos órgãos de classe; pulverização sindical que tinha como finalidade criar uma multiplicidade de sindicatos fragmentados e com menor capacidade de mobilização e pressão coletiva.

Essas mudanças refletem a dinâmica política da época, que tinha como intuito a desarticulação dos trabalhadores e trabalhadoras, com um governo que buscava controlar e influenciar o movimento sindical para evitar o crescimento das tendências mais radicais, como os sindicatos anarquistas e comunistas. O resultado foi um ambiente sindical mais fragmentado e controlado, com limitações de ações e de mobilizações mais abrangentes por parte dos trabalhadores.

A Constituição de 1937, também conhecida como “Polaca” devido ao seu autor, o presidente Getúlio Vargas, trouxe uma série de mudanças na estrutura sindical brasileira. Essas mudanças foram influenciadas pelo modelo corporativista adotado pelo fascismo italiano de Mussolini, que buscava controlar e regular os sindicatos e as relações trabalhistas como parte de uma estratégia de centralização do poder estatal, criando um sistema sindical que era altamente controlado pelo governo e estava sujeito a intervenções estatais. Os sindicatos eram organizados em uma única confederação nacional, conhecida como Conselho Nacional de Sindicalismo (CNS), que estava sob a tutela do Estado e tinha o objetivo de promover a harmonia entre os interesses do capital e do trabalho.

Já no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), o Brasil passou por um período de crescimento econômico e desenvolvimento conhecido como “Plano de Metas”. Tendo como objetivo fomentar projetos de infraestrutura e desenvolvimento e promovendo um rápido avanço na industrialização e modernização do país. Uma das características notáveis desse período foi a valorização do salário-mínimo, que atingiu um dos patamares mais altos da sua história. No entanto, a partir de 1959, o salário-mínimo passou a sofrer quedas e perdas de valor. A inflação, decorrente do aumento das emissões monetárias e do endividamento do Estado, foi uma das principais causas dessas perdas salariais. Em 1960, ano de encerramento do governo JK, o salário-mínimo já estava em um patamar mais baixo do que nos anos anteriores. As quedas continuaram nos anos seguintes, impactando os trabalhadores e contribuindo para desafios

econômicos que seriam enfrentados pelos governos subsequentes, provocando a efervescência dos movimentos operários.

Não podemos esquecer que os anos de 1960 houve a expansão do movimento operário, as lutas no campo se desenvolvem com as ligas camponesas juntamente com a sindicalização dos trabalhadores rurais. Crescem os apelos populares por reformas de base no país, que tem na luta pela reforma agrária o seu “carro chefe”. Na conjuntura da década de 1960, mapeando as tendências sindicais dominantes naquela fase, é possível localizar ao menos quatro agrupamentos de dirigentes: a) os católicos, reunidos nos círculos operários; b) os autodenominados “renovadores”, em geral de esquerda, mas críticos do PCB; c) os dirigentes que se identificavam como “nacionalistas”, que agrupavam, grosso modo, os comunistas e os trabalhistas de esquerda; e d) nos que se proclamavam sindicalistas “democráticos”, que se identificavam pelo anterior controle dos órgãos de cúpula da estrutura sindical.

Nessa perspectiva, durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), o movimento sindical foi extremamente perseguido, milhares de cassações de dirigentes e intervenções em entidades sindicais desmantelaram, em poucos meses, o trabalho de duas décadas de mobilização. Segundo Nogueira (2005), o golpe de Estado atrasou por mais de uma década a emergência do sindicalismo dos funcionários públicos, ao mesmo tempo em que intensificou a despolitização, a burocratização e o assistencialismo dos sindicatos oficiais. Foi um período de violações de direitos humanos, censura, prisões arbitrárias e perseguição política. A intenção por trás dessa repressão não era apenas neutralizar a oposição política, mas também controlar e manipular a classe trabalhadora em favor do regime. Ao defender os ideais da ditadura militar e apoiar as autoridades constituídas pelo regime autoritário, os interventores buscavam minar a capacidade de mobilização e resistência dos sindicatos e dos trabalhadores.

Em síntese, a organização sindical no Brasil é reflexo de contextos histórico-geográficos e político-ideológicos turbulentos, com ascensão de interesses divergentes em contexto políticos multifacetados, de modo a percebermos nas entrelinhas as consequências, os avanços, permanências e desafios cotidianos da atuação sindical no contexto brasileiro.

A efervescência política e o surgimento do novo sindicalismo no Brasil dos anos 1980

A década de 1980 foi um período de intensas mobilizações, marcando a resistência contra o golpe militar. É válido iniciar destacando o surgimento do Partido dos Trabalhadores

(PT), fundado em 1980 que impulsionou a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983, sendo uma das primeiras grandes centrais sindicais do país e teve um papel central na rearticulação dos trabalhadores em um período pós-ditadura militar.

Nesse contexto, é importante ressaltar o papel da Igreja Católica no Brasil durante os anos de 1980, marcada por uma corrente teológica e de ação política que tinha uma forte identificação com os setores oprimidos da população. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e as pastorais sociais, associadas a Teologia da Libertação, desempenharam um papel significativo na vida política do país. Esses grupos também desempenharam um papel importante na conscientização dos fiéis sobre seus direitos e na promoção de ações de solidariedade e justiça.

Ressalta-se o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1984, que se tornou um movimento de grande referência na política brasileira. Podemos considerar que os anos de 1980 foram marcados por uma intensa efervescência política de surgimento de novos atores no cenário político que impulsionaram a luta popular. A criação da CUT marca o surgimento do novo sindicalismo brasileiro que, segundo Nogueira (2005), reforça a grande divisão entre o novo sindicalismo representado na CUT e o velho sindicalismo representado nas Confederações Gerais dos Trabalhadores (CGTs) e, mais tarde, na força sindical, articulando os sindicatos mais moderados e atrelados à estrutura sindical corporativista. Ainda segundo Nogueira (2005), a transição do associativismo para o sindicalismo dos funcionários e assalariados do Estado se desenvolve predominantemente nesse período, ou seja, nos anos de 1980.

Segundo Mattos (2003), o movimento que ficou conhecido como “novo sindicalismo” tinha como umas principais lideranças Lula (Luís Inácio Lula da Silva). Eles defendiam a ideia de que os sindicatos deveriam ser autônomos, independentes do Estado e financiados de forma voluntária pelos próprios trabalhadores, para que pudessem realmente representar os interesses da classe trabalhadora. Esse movimento teve um papel significativo na história do sindicalismo brasileiro e contribuiu para a formação de sindicatos mais independentes, nesse contexto se concretiza os sindicatos dos servidores públicos e ativos na defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Lula, por sua vez, tornou-se uma figura proeminente nesse movimento e, eventualmente, presidente do Brasil, exercendo um impacto duradouro na política e no sindicalismo do país.

Logo após a promulgação da Constituição de 1988, Ferraz (2014) ressaltar que o governo Sarney tratou de aprovar a Lei nº 7.783/89, conhecida como a lei de greve do setor privado, em

resposta a eclosão de greves no período. A Constituição de 1988 é um marco importante e que permitiu aos trabalhadores e às trabalhadoras do setor público a legalidade de se organizarem em sindicatos e participarem de debates políticos. Isso representou um avanço significativo na garantia dos direitos dos trabalhadores. A década de 1990 representou um período de profundas transformações no cenário sindical brasileiro, influenciado por mudanças políticas, econômicas e sociais, marcadas pelas políticas neoliberais de desmonte do Estado, através da abertura econômica orientadas para o livre mercado, política adotada no governo de Fernando Henrique Cardoso de 1995 a 2002.

Os avanços dessa política neoliberal, acompanhada de desemprego estrutural, privatização, desregulamentação das relações trabalhistas etc., refletiu diretamente no movimento sindical, fazendo com que este enfrentasse desafios significativos levando a mudanças estruturais que moldaram sua trajetória, entre elas a fragmentação das centrais sindicais, enfraquecendo a representatividade dos trabalhadores e das trabalhadoras. Nesse momento, as reivindicações sindicais tinham como aspecto central, a luta pela reposição salarial em decorrência da alta inflação.

Sobre os avanços da política neoliberal, Harvey (2011) evidencia o caráter geográfico desigual, caracterizada pelo tripé (privatização, desregulamentação financeira com incentivo ao mercado mundial e de força de trabalho) que mina o Estado de bem-estar nos países centrais e o pouco que se obteve dos direitos sociais na América Latina, fortalecendo a divisão da organização dos trabalhadores e das trabalhadoras. A população trabalhadora dos países imperialistas em que existe um Estado de bem-estar tende a se unir na defesa do espaço econômico nacional que, para ela, representa emprego, direitos e um nível de vida elevado.

De acordo com Harvey (2011, p. 61):

As reservas de trabalho existem em toda parte e há poucas barreiras geográficas ao acesso capitalista, sendo uma característica da globalização, se faz necessário compreensão do cenário geopolítico para elucidarmos como as mudanças estruturais se concretizam no Brasil. O ataque político sobre os movimentos da classe trabalhadora do mundo inteiro reduziu a resistência dos trabalhadores a níveis muito modestos em quase toda parte. A crise de 2008 a 2009 não pode ser entendido em termos de esmagamento dos lucros. A repressão salarial por causa da oferta de trabalho superabundante e a consequente falta de demanda de consumo efetiva são problemas muito mais graves. No entanto a questão do trabalho nunca acaba. Agitação do trabalho pode muito bem surgir como um problema sério, em qualquer momento e em qualquer lugar. É importante levar em consideração o desenvolvimento geográfico desigual das lutas sindicais.

Nesse sentido, nos anos 2000, várias políticas públicas foram implementadas com foco nas micro e pequenas empresas incluindo a criação da figura do Microempreendedor Individual (MEI), que permitiu a formalização de pessoas que trabalhavam por conta própria. Além dessas mudanças que contraditoriamente impactam de forma negativa o trabalhador e a trabalhadora, houve esforços para melhorar as condições de contratação de trabalhadoras e trabalhadores domésticos, considerando-se um avanço que regulariza uma categoria historicamente explorada. Essas políticas tiveram impactos significativos na dinâmica do mercado de trabalho e nas relações de emprego no Brasil.

A dinâmica do sindicalismo no Brasil durante os anos 2000, especialmente durante os governos do PT, que foram frequentemente associados às políticas neodesenvolvimentistas (Governo Lula de 2003 a 2010, e Governo Dilma 2011 a agosto de 2016) vinha se recuperando dos duros anos 1990. Um aumento no número de greves e reivindicações atreladas não somente às questões trabalhistas, visava resistir ao desmonte do Estado pelas políticas neoliberais como por exemplo as privatizações, focando em questões salariais e nas condições de trabalho.

O movimento sindical brasileiro passou por diversas fases em sua história. Durante os governos do PT houve um período de maior visibilidade e influência sindical, mas a relação aos dirigentes sindicais, que detinham mais poder de articulação, foram nomeados para cargos nos escalões do governo o que gerou desafios para manter a independência e a representação dos interesses dos trabalhadores. A Lei nº 11.648, de 31 março de 2008, que reconhece oficialmente as centrais sindicais e a participação em fóruns e conselhos tripartites fortaleceu o papel das organizações sindicais na cena política e de negociação.

Nesse sentido, ressaltamos que, no Brasil o projeto da burguesia se concretizou mais uma vez em 2016 com um golpe de Estado. Assim como em outros momentos da história do nosso país, os avanços nas políticas sociais eram notórios, apesar da crise econômica instaurada. Uma presidente legitimamente eleita sofreu o processo de impeachment, e o movimento sindical não conseguiu reagir, mostrando sua debilidade ao enfrentar dificuldades e em articular uma resistência eficaz durante esse período. É crucial destacar a misoginia presente no golpe de 2016. A presidente Dilma Rousseff, a primeira mulher a ocupar a presidência do Brasil, enfrentou não apenas uma oposição política, mas também um intenso preconceito de gênero. Durante o processo de impeachment, a misoginia se manifestou de diversas formas, desde comentários depreciativos e ataques pessoais até a subestimação de sua competência e legitimidade como líder.

Essa desarticulação e enfraquecimento do movimento sindical, além de serem uma tendência mundial, estão relacionados às mudanças na conjuntura política e econômica, bem como a fatores internos, como divisões dentro do movimento e a polarização política. Cresce a criminalização dos movimentos sindicais e sociais, o que agrava ainda mais a situação. A misoginia enfrentada por Dilma Rousseff é um reflexo das profundas desigualdades de gênero presentes na sociedade brasileira, que também afetam a organização e a luta da classe trabalhadora.

Após a primeira etapa do Golpe, que foi o afastamento da Presidenta Dilma Rousseff em 2016, Michel Temer assumiu a presidência e implementou uma série de políticas de austeridade. A Emenda Constitucional nº 95/2016, conhecida como “teto dos gastos”, caracterizou-se como a segunda etapa do Golpe e foi a uma das medidas mais significativas desse período. Ela impôs um limite de gastos públicos, vinculando-os a inflação por um período de 20 anos. Isso teve um impacto significativo nas políticas sociais e de investimento do governo federal, gerando debates sobre os efeitos da austeridade na sociedade brasileira.

O assalto ao bem-estar da população coloca o Estado em rota de colisão, não só com os últimos redutos de sindicatos em muitos países, entre eles os sindicatos do setor público, mas também com as populações mais diretamente dependentes da provisão estatal. A política de austeridade, leva a uma redução na qualidade e acessibilidade dos serviços públicos, bem como a um aumento nas desigualdades indo em direção oposta ao qualquer crescimento econômico.

A segunda medida do presidente golpista, Michel Temer, que se caracterizou como a terceira etapa do golpe, foi realizada, em 2017, uma reforma trabalhista através da Lei nº 13.467/2017, com o objetivo real de retirada de direitos que foram conquistados pela classe trabalhadora por meio de muitas lutas e embates com o governo e o patronato. Essa reforma resultou na precarização do trabalho, escancarando a fragilidade brasileira na perspectiva da reestruturação do capital e criando posições com menor segurança e garantias para os trabalhadores e trabalhadoras. É importante considerar que as consequências de reformas desse tipo são multifacetadas e podem levar tempo para serem plenamente compreendidas. A análise dos impactos de longo prazo dessas políticas na economia e na qualidade do emprego é contínua e pode variar dependendo do contexto específico de cada setor e região do país.

Na trajetória do movimento sindical brasileiro destaca-se várias questões importantes relacionadas a sua evolução e aos desafios a serem enfrentados, dentre os quais a mediação de forças com o Estado, que em um primeiro momento esteve envolvido no processo de desarticulação oprimindo a organização dos trabalhadores e das trabalhadoras e em um segundo

momento burocratizando em um processo de negociação e regulação das relações de trabalho e das influências das políticas governamentais nas atividades sindicais. O conflito de classes e a diversidade da classe trabalhadora resultaram em divisões políticas e ideológicas que por vezes enfraquecem a unidade dos trabalhadores e das trabalhadoras composta por mão de obra qualificada, operários industriais e imigrantes em busca de seus interesses comuns, influenciando as dinâmicas sindicais e as estratégias adotadas.

Nesse sentido Thomaz Júnior (2002) argumenta que a alienação da identidade do trabalhador com outro trabalhador é reforçada porque eles estão divididos em categorias profissionais que, por sua vez, ao mesmo tempo em que é produto da divisão do trabalho, é a base da identificação corporativa do trabalho em categorias sindicais. Ou seja, a própria estrutura sindical oficial no Brasil, historicamente edifica-se sob os pilares corporativistas e traz na sua representação o sindicato delimitado nas fronteiras municipais. Em coadunação a isso, está o Estado, através do Artigo 8º, inciso II da Constituição Federal de 1988, que veta o direito de criação de mais de um sindicato da mesma categoria na mesma base territorial.

A existência de vários segmentos (trabalhador parcial, temporário, terceirizado, informal etc.), muitos deles sem qualquer representação sindical, só tende a dificultar a aglutinação de forças no embate com o capital fortalecendo a crise do sindicalismo que assumiu uma grande dimensão no âmbito político-ideológico, caracterizada pela integração dos sindicatos a lógica mercantil, limitando a práxis sindical ao universo da mercadoria e procurando garantir, na maioria das vezes, tão somente melhores condições salariais.

Nesse limiar, a eleição de Jair Messias Bolsonaro para a Presidência da República, em 2018, produziu impactos relevantes nas políticas públicas e no discurso político. Torres, Sousa Júnior e Brazil (2021) ao pesquisarem sobre as características e os impactos das narrativas de Bolsonaro, enfatizam que seu posicionamento é bastante expressivo e autoritário, com base em uma linguagem antidemocrática, o que contribuiu em demasia para o clima de polarização, intolerância política e hostilidade.

Assim, seu governo utilizou-se de orientações conservadoras nas esferas social, econômica e ambiental, com efeitos particularmente negativos para os trabalhadores e as trabalhadoras. Entretanto, tais mudanças não podem ser compreendidas como fenômenos isolados ou inaugurais. Ao contrário, inserem-se em um ciclo histórico de contrarreformas do Estado, associado ao avanço do neoliberalismo e à reconfiguração regressiva das relações de trabalho no Brasil.

Conforme evidenciado no Quadro 01, as reformas da previdência constituem parte desse processo contínuo, iniciado nos anos 1990, aprofundado ao longo dos governos subsequentes e intensificado de maneira mais sistemática durante o governo Michel Temer, sobretudo a partir da adoção explícita de políticas de austeridade fiscal. O governo Bolsonaro, nesse sentido, não inaugura esse ciclo, mas o radicaliza, consolidando uma ofensiva mais ampla contra os direitos trabalhistas, previdenciários e contra a própria organização sindical.

Esse contexto ajuda a explicar a reduzida capacidade de ação do movimento sindical no período recente. Ao final da segunda década do século XXI, o sindicalismo brasileiro apresentava um quadro de fragilização estrutural e crise político-organizativa, resultado tanto do acúmulo histórico de perdas institucionais, políticas e financeiras quanto do distanciamento progressivo entre direções sindicais e suas bases sociais. Tal dinâmica foi intensificada durante os governos do Partido dos Trabalhadores, quando parte expressiva das principais lideranças sindicais passou a ocupar cargos no interior do Estado, fortalecendo canais institucionais de mediação, mas, simultaneamente, contribuindo para o esvaziamento das direções sindicais e para a redução da capacidade de mobilização de base.

Como argumenta Antunes (2018; 2019), esse processo favoreceu a integração defensiva do sindicalismo à lógica institucional, limitando sua atuação frente à ampliação da precarização estrutural do trabalho e a corrosão dos mecanismos coletivos de resistência. Em convergência, Braga (2012; 2017) aponta que tal conformação produziu um sindicalismo predominantemente mediador, com dificuldades de dialogar com os segmentos mais precarizados da classe trabalhadora, especialmente aqueles inseridos em vínculos flexíveis, terceirizados e informais. Inserida nessa correlação de forças amplamente desfavorável à classe trabalhadora, a aprovação da Emenda Constitucional nº 103/2019 representa a culminância desse ciclo de reformas previdenciárias, consolidando a lógica do ajuste fiscal e aprofundando o desmonte da proteção social, com impactos diretos sobre o serviço público e sobre os limites da ação sindical no Brasil.

Quadro 1 – Análise comportamental do movimento sindical sobre a reforma da previdência entre 1990 e 2019

1990: Governo Collor de Melo		
<i>Mudanças</i>	<i>Impactos</i>	<i>Reação sindical</i>
Reorganização administrativa e financeira da previdência social. Criação da Secretaria da Previdência Social e desvinculação da previdência do orçamento da seguridade social.	Visava a redução do déficit público e a melhoria da gestão dos recursos previdenciários.	Houve resistência significativa, especialmente dos sindicatos dos servidores públicos, que temiam cortes de benefícios e redução de direitos. O movimento sindical organizou

		manifestações, embora o impacto geral tenha sido limitado.
1993: Governo Itamar Franco		
Mudanças	Impactos	Reação sindical
Medidas para melhorar a arrecadação e a gestão dos benefícios, sem mudanças substanciais nos direitos dos beneficiários.	Melhorou a eficiência administrativa e financeira da previdência	A reação sindical foi mais moderada, com apoio a medidas que melhorassem a eficiência sem reduzir direitos.
1998: Governo Fernando Henrique Cardoso		
Mudanças	Impactos	Reação sindical
Introdução da Emenda Constitucional 20, estabelecendo idade mínima para aposentadoria e aumento do tempo de contribuição	Introduziu idade mínima e buscou equilibrar as contas da previdência.	Forte oposição por parte do movimento sindical. A CUT foi uma das principais organizadoras das mobilizações contra a reforma, alegando que a medida prejudicava os trabalhadores e não abordava adequadamente a questão da dívida pública.
2003: Governo Lula		
Mudanças	Impactos	Reação sindical
Emenda Constitucional 41, alterando a forma de cálculo dos benefícios dos servidores públicos e introduzindo contribuição previdenciária para aposentados e pensionistas do setor público.	Aumentou a equidade entre os regimes de previdência dos servidores públicos e do setor privado.	Houve resistência significativa, especialmente de sindicatos de servidores públicos. A CUT, apesar de ser próxima ao governo Lula, mobilizou seus membros contra aspectos da reforma que consideravam prejudiciais aos servidores públicos.
2005: Governo Lula		
Mudanças	Impactos	Reação sindical
Emenda Constitucional 47, permitindo aposentadoria proporcional por idade para servidores públicos com regras de transição mais favoráveis.	Flexibilizou algumas regras impostas pela reforma anterior.	A reação foi mais favorável em comparação com a reforma de 2003, mas ainda houve críticas de que as mudanças não atendiam completamente às demandas dos trabalhadores.
2015: Governo Dilma Rousseff		
Mudanças	Impactos	Reação sindical
Implementação da fórmula 85/95, permitindo aposentadoria sem a incidência do fator previdenciário.	Beneficiou trabalhadores com uma combinação favorável de idade e tempo de contribuição.	A medida foi bem recebida pelos sindicatos, que a viam como uma forma de reduzir as penalizações do fator previdenciário.
2017: Governo Michel Temer		
Mudanças	Impactos	Reação sindical
Reforma propondo idade mínima de 65 anos para homens e 62 para mulheres, com 25 anos de contribuição mínima.	A proposta enfrentou grande resistência e não foi aprovada.	Greves gerais e manifestações em todo o país. A CUT e outras centrais sindicais foram protagonistas na mobilização contra a reforma, argumentando que ela prejudicava os trabalhadores mais vulneráveis.
2019: Governo Jair Bolsonaro		
Mudanças	Impactos	Reação sindical
Aprovação da Emenda Constitucional 103, estabelecendo idade mínima de aposentadoria, tempo mínimo de contribuição e novo cálculo dos benefícios.	Reestruturação abrangente do sistema previdenciário, buscando sustentabilidade financeira a longo prazo.	Forte oposição dos sindicatos, com greves e manifestações. A CUT, a Força Sindical e outras centrais sindicais criticaram duramente a reforma, alegando que ela aumentava a desigualdade e penalizava os trabalhadores mais pobres. No entanto, a capacidade de mobilização foi limitada devido à desarticulação e ao

		enfraquecimento do movimento sindical na época.
--	--	---

Fonte: Elaboração das autoras.

Nesse sentido, o discurso de reduzir os gastos da máquina pública permanece forte no Brasil. A luta sindical é uma parte importante da história do Brasil e desempenhou um papel significativo na conquista de direitos trabalhistas e na promoção da democracia. Os próximos anos podem, de fato, ser desafiadores para o sindicalismo brasileiro, exigindo resiliência e estratégias adaptativas. No entanto, a história mostra que os movimentos sindicais têm a capacidade de se adaptar e responder a novos desafios, e a mobilização e a organização da sociedade civil podem desempenhar um papel crucial na defesa dos direitos trabalhistas e da democracia.

A atuação política da Fetamce no território cearense

A Fetamce teve sua origem em um contexto histórico marcado por movimentos em torno do processo de redemocratização e lutas trabalhistas no Brasil, especialmente durante o século XX. Fundada em 28 de abril 1990, a federação emergiu como uma resposta as demandas e necessidades das trabalhadoras e dos trabalhadores municipais cearenses, buscando fortalecer os sindicatos de base. A Fetamce reflete a diversidade e abrangência das trabalhadoras e dos trabalhadores do serviço público municipal, englobando diferentes categorias. A atuação da Fetamce no território cearense é ampla e abrangente, envolvendo negociações coletivas, mobilizações, campanhas salariais e outras ações voltadas para a defesa dos interesses dos servidores públicos municipais.

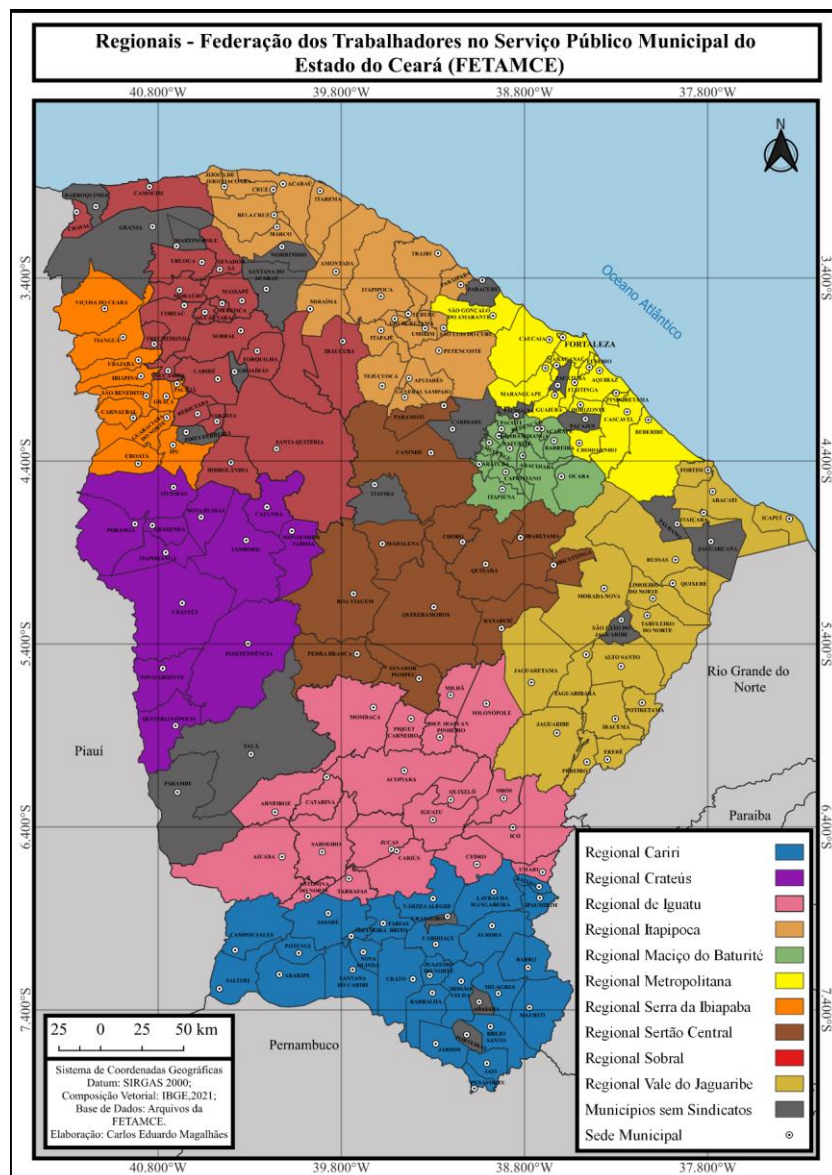
A federação desempenha um papel central na articulação e representação desses trabalhadores, buscando garantir melhores condições de trabalho, salários dignos e direitos trabalhistas. No que diz respeito às políticas de igualdade de gênero nos sindicatos de base da Fetamce, observa-se um esforço crescente para promover a equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho e na representação sindical. Isso inclui a realização de debates, capacitações e ações afirmativas voltadas para enfrentar desafios como assédio sexual, disparidades salariais, licenças maternidade e paternidade, entre outros. Além disso, a federação tem incentivado a participação ativa das mulheres nas direções sindicais, visando a diversidade e a representatividade de gênero em suas instâncias de decisão.

Desse modo, a análise das relações de gênero no âmbito da política sindical da Fetamce revela um movimento em direção a promoção da igualdade e equidade entre homens e mulheres nos sindicatos de base. No entanto, é importante continuar a aprofundar e fortalecer a execução das políticas de igualdade de gênero, a fim de propiciar ambientes de trabalho mais justos, inclusivos e representativos para todos os trabalhadores municipais do Ceará. É relevante enfatizar que o serviço público brasileiro é predominantemente composto por mulheres³. Nas entidades sindicais que representam as trabalhadoras e trabalhadores do serviço público municipal, as mulheres ocupam cargos de tomada de decisão nas diretorias executivas, contrariando a lógica do movimento sindical de diversos outros ramos de atuação profissional, onde predomina a atuação masculina.

Apesar dos avanços conquistados a nível de estado, especialmente no âmbito sindical, ainda não alcançamos plena proteção contra o assédio moral, sexual e outras formas de violência ligadas às questões de gênero. Para agravar a situação, enfrentamos muitas vezes uma base dividida entre duas entidades sindicais. Neste cenário desafiador, as mulheres dirigentes encontram-se diante da complexidade de conciliar as demandas administrativas do sindicato com a condução da política sindical, em um contexto no qual dispomos, muitas vezes, de dois dirigentes liberados. Nas últimas décadas, a Fetamce empreendeu esforços significativos para aprimorar sua articulação política, territorializando-se e estabelecendo uma rede sólida de sindicatos em sua base (Figura 1).

³ Conforme o estudo da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), publicado em 2024, é notória a disparidade de gênero no setor público brasileiro. Foi possível inferir que as mulheres representam 59% dos servidores federais. Porém, recebem, em média, 24% menos do que os homens. Essa discrepância reflete um quadro mais amplo de desigualdade no País, estando relacionado aos papéis de gênero estabelecidos historicamente.

Figura 1 – Regionalização da Fetamce



Fonte: Elaborada pelas autoras com subsídios de dados coletados nos arquivos da federação.

No entanto, as pequenas mudanças ocorrem em alguns municípios que percebem melhores oportunidades ao se articular em uma região que não estava inicialmente planejada. É importante ressaltar que, dependendo da capacidade de articulação em uma determinada região, alguns sindicatos, ao se depararem com a falta de mobilização e organização em sua área de abrangência, buscam se integrar a uma região vizinha, reconfigurando assim a regionalização. A Fetamce empreendeu uma estratégia de articulação em 2007 com o propósito de fortalecer os sindicatos afiliados a sua base. Essa iniciativa delineou um modelo de regionalização que visava alinhar a política sindical nos âmbitos municipais e envolver a classe

trabalhadora em localidades onde não havia representação sindical. Durante este período, a federação adotou o projeto “filiar, criar e revitalizar”.

Para concretizar tais ações, foram promovidos seminários em dez municípios cearenses (Fortaleza, Quixadá, Limoeiro do Norte, Sobral, Itapipoca, Crateús, Crato, São Benedito, Baturité e Iguatu), contribuindo para o esboço geográfico que subsiste atualmente. Nessas reuniões, foram conduzidas análises de conjuntura, diagnósticos, avaliação das atividades empreendidas e formulação de um plano de ação. Esta mobilização foi crucial para elaborar estratégias de fortalecimento do movimento sindical, concentrando-se em áreas como formação, organização sindical e políticas estratégicas, com o objetivo de construir e consolidar as estruturas regionais.

O processo de interiorização da federação, que levou ao seu crescimento e ao fortalecimento da organização dos servidores públicos municipais, começou a ser construído por várias mãos, tornando-se inegável e perceptível as contribuições das mulheres dirigentes sindicais para execução da política sindical por meio da fundação de sindicatos nos municípios que ainda não existiam e o direcionamento da organização política da luta nos sindicatos existentes.

O crescimento da federação e o fortalecimento da organização dos servidores públicos municipais decorrem, conforme colocado anteriormente, de uma política de interiorização que, apesar das peculiaridades existentes nos municípios cearenses, unifica diversas pautas, transcende o estado do Ceará e resulta na implementação de campanhas conjuntas, como a campanha salarial unificada. Toda a política sindical da Fetamce está centrada no objetivo de fortalecer a articulação da organização dos trabalhadores e trabalhadoras do serviço público municipal. Essa orientação surge como resposta à necessidade premente de enfrentar a retirada de direitos promovida pelas gestões municipais.

As práticas antissindicais do estado, especialmente em níveis municipais, podem ser vistas como parte de uma estratégia mais ampla para reduzir custos e flexibilizar o trabalho, frequentemente à custa dos direitos e da dignidade dos trabalhadores. Souza (2017) discute como as elites brasileiras perpetuam narrativas que justificam a desigualdade e deslegitimam os direitos dos trabalhadores, fortalecendo o estigma de que os trabalhadores e as trabalhadoras do serviço público são marajás. Esse discurso, amplamente proferido pelos representantes dos partidos do centrão, da direita e, especialmente, da extrema direita, retrata esses trabalhadores como indivíduos que trabalham pouco e recebem altos salários. No entanto, essa visão é

contraditória com a realidade dos municípios cearenses, onde a ampla maioria dos servidores públicos recebe remuneração mínima.

Destaca-se que a maioria dos municípios cearenses ainda não terceirizou os serviços realizados pelos auxiliares de serviços gerais e vigias, categorias numerosas e assalariadas, que são usuários dos serviços estatais aos quais contribuem com a execução. No entanto, contraditoriamente, muitas vezes têm seus direitos sociais negados quando necessitam. Essa negação de direitos não se limita apenas aos servidores assalariados, mas afeta a ampla maioria da população.

Quando o movimento sindical consegue transformar a sociedade por meio da politização da sua base e da sociedade através de suas pautas de luta, observa-se corriqueiramente a ascensão das práticas antissindicais. Essas práticas não se restringem apenas ao ramo dos municipais, sendo, inclusive, algumas vezes regulamentadas por legislação federal. Isso contribui para a desmobilização do movimento sindical, levando à desarticulação de algumas entidades por determinados períodos ou por tempo indeterminado, e até mesmo inibindo a presença de sindicatos em alguns territórios.

No Estado do Ceará, por exemplo, alguns municípios sequer conseguiram mobilizar e organizar a classe trabalhadora em decorrência do autoritarismo, da opressão e da perseguição aos dirigentes, impostas por líderes políticos locais. Essa relação de proximidade que ocorre nos municípios favorece a negação de direitos e a ascensão de privilégios que têm a durabilidade de uma gestão, sendo uma prática muito comum para deixar as trabalhadoras e trabalhadores submissos às lideranças políticas locais.

Ao se oporem aos interesses dos detentores do poder político e econômico e ao cumprir seu papel na defesa dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, dirigentes sindicais e entidades de representação coletiva passam a enfrentar, de forma recorrente, práticas de caráter antissindical, destinadas à fragilizar sua atuação política e organizativa. Entre as mais frequentes, destacam-se a suspensão dos repasses das contribuições associativas descontadas em folha de pagamento, devidamente autorizadas pelos(as) servidores(as) municipais, e a retirada ou negação das liberações sindicais destinadas aos dirigentes que se dedicam integralmente à atividade sindical.

A interrupção desses repasses compromete diretamente a principal fonte de financiamento dos sindicatos de base, uma vez que as contribuições estatutárias, obrigatórias aos(as) trabalhadores(as) filiados(as), variam, em geral, entre 1% e 2% da remuneração base ou total, incidindo também sobre o décimo terceiro salário, conforme o estatuto de cada entidade.

Trata-se, portanto, de uma medida que não apenas fragiliza financeiramente os sindicatos, mas que repercute em cadeia sobre as entidades de grau superior, como a Fetamce, às quais muitos desses sindicatos são filiados. De modo semelhante, a supressão das liberações sindicais, ainda que previstas em legislações municipais específicas, constitui violação não apenas dessas normas locais, mas também dos princípios constitucionais que asseguram a liberdade e a organização sindical, comprometendo significativamente a capacidade de ação do movimento sindical.

A suspensão temporária ou definitiva do desconto em folha das contribuições associativas pode levar à desarticulação das entidades, sobretudo quando estas passam a atuar de forma isolada e distanciada da federação. A opção pelo isolamento, muitas vezes tomada por deliberação restrita à diretoria executiva ou mesmo por decisão individual de dirigentes, tende a fragilizar ainda mais a entidade, uma vez que a retira de uma rede coletiva de solidariedade, formação política e estratégias de enfrentamento às práticas antissindicais. Tal afastamento impede o compartilhamento de experiências, campanhas e orientações jurídicas e políticas promovidas pela federação, aumentando o risco de equívocos estratégicos e de decisões que, ao invés de fortalecerem, enfraquecem a luta coletiva da classe trabalhadora.

Além disso, é importante ressaltar que esse afastamento da federação, uma entidade de grau superior, muitas vezes é realizado sem diálogo com a base e sem formalização da desfiliação, o que resulta no acúmulo de dívidas de contribuição estatutária. Essa contribuição se constitui como um dos deveres dos sindicatos filiados, conforme estabelecido no estatuto da instituição de grau superior. No que diz respeito ao custeio, cabe aos sindicatos de base assegurarem os recursos necessários. Em Assembleia Geral, as entidades de base têm o poder de deliberar sobre a filiação ou desfiliação, sendo essa a instância máxima de decisão. Antes da reforma trabalhista, ocorrida após o golpe de 2016, o financiamento das entidades de grau superior⁴, como a Fetamce, era em grande parte proveniente das entidades de primeiro grau⁵ e do repasse da contribuição sindical obrigatória. No caso da Fetamce, seu estatuto social previa contribuições mensais desde sua fundação. Algumas entidades optavam por acumular essas mensalidades e realizavam suas obrigações estatutárias bimestral ou semestralmente.

⁴ Entidades de grau superior é uma estrutura organizativa essencial para a união e defesa dos interesses coletivos dos trabalhadores em nível regional, estadual, nacional ou internacional, atuando como uma voz representativa e influente no contexto sindical e político, como por exemplo federações, confederações e centrais sindicais.

⁵ Entidade sindical de grau é aquela que representa diretamente os trabalhadores de uma determinada categoria ou profissão em nível local, municipal ou regional.

Os percentuais das contribuições eram fixados em 5% para as entidades não filiadas à CUT ou a qualquer outra central sindical, e em 1,2% para as entidades de base filiadas à CUT. Esses percentuais foram ajustados durante a reformulação estatutária de 2022, que ocorreu no X Congresso Ordinário pós-reforma trabalhista. Após a referida reforma trabalhista, a Fetamce realiza adequações do financiamento como forma de assegurar o funcionamento e sua atuação, modificando os percentuais das contribuições mensais e realizando campanhas de conscientização para o cumprimento estatutário pelos sindicatos de sua base.

É importante ressaltar que todas as deliberações e alterações estatutárias são realizadas nos Congressos Ordinários ou Extraordinários, a do financiamento foi uma estratégia fundamental para manter a entidade ocorreu nos dias 29/06 a 02/07 de 2022 no Congresso Ordinário acima citado. Geralmente nas proximidades dos Congressos, algumas entidades que se encontram inadimplentes, por algum motivo, regularizam-se com o intuito de ter diretos a voz e voto nas deliberações que articulam a atuação política da entidade. Importante ressaltar que essa regularização sempre ocorre com uma grande mobilização da federação.

As contribuições mensais das entidades de base considerando percentuais sobre a receita do sindicato de base tornam-se cruciais para sobrevivência da Federação, que com a “deforma” trabalhista e a destruição de direitos nela contida a entidade perde mais de 90% de sua receita. Os percentuais contributivos são relacionados a central sindical a qual o sindicato de base encontra-se filiado, sendo que os sindicatos que são filiados à CUT têm parte da contribuição da central realizada pela entidade de base da federação retorna a mesma das contribuições mensais pagas pelos sindicatos a federação, desta forma os sindicatos cutista contribuem com um percentual de 5%, sendo menor que das entidades filiadas a outras centrais ou que não são filiadas a nenhuma central, incidindo um percentual 8,8% da sua receita mensal. Ressalta-se a existência de uma contribuição extra a ser efetuada no mês de junho a federação fixada em 10% do valor mensal da arrecadação dos sindicatos filiados.

No que se refere à base territorial, o Estado do Ceará possui 184 municípios, dos quais aproximadamente 22 não contam com sindicato específico do ramo dos servidores municipais ou apresentam entidades profundamente desarticuladas. Ainda assim, mesmo nos municípios onde não há filiação formal, a Fetamce mantém acompanhamento político e se coloca à disposição para orientar, apoiar processos de reorganização sindical e atuar nas lutas locais. Entre os sindicatos formalmente filiados, é recorrente a existência de períodos de inadimplência, seja por dificuldades financeiras objetivas, seja pela compreensão limitada de que a política sindical pode ser construída de forma isolada. Não raramente, a regularização das

contribuições ocorre às vésperas dos congressos da federação, em função da necessidade estatutária de estar adimplente para garantir direito à voz e ao voto, processo que, em geral, envolve intensa mobilização e diálogo político por parte da federação.

Nesse sentido, torna-se fundamental reafirmar que, assim como os trabalhadores e trabalhadoras sustentam seus sindicatos de base, a Fetamce depende diretamente da contribuição e do compromisso político de sua base sindical. O financiamento não se restringe a uma dimensão administrativa ou contábil, mas constitui elemento central da autonomia, da capacidade de organização coletiva e da sustentação de uma ação sindical articulada, solidária e efetivamente comprometida com a defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Considerações Finais

Ancorada em metodologia qualitativa, a presente produção acadêmica apresenta significativas contribuições para a Geografia do trabalho em perspectiva crítica. Ao pretender analisar a historicização do movimento sindical em consonância as particularidades do sindicalismo no estado do Ceará, a pesquisa aponta as complexas dinâmicas de poder e as estratégias utilizadas para enfraquecer o movimento sindical no Brasil, particularmente entre os servidores públicos cearenses.

Observou-se que as práticas antissindicais, as represálias econômicas e as restrições legislativas têm um impacto profundo na capacidade dos sindicatos de proteger e promover os direitos dos trabalhadores. A sobrevivência e eficácia dos sindicatos dependem de uma forte rede de solidariedade e da capacidade de adaptação as mudanças legislativas e econômicas. As práticas antissindicais e as narrativas estigmatizantes representam desafios significativos, mas com organização, mobilização e conscientização, o movimento sindical pode continuar a desempenhar um papel vital na defesa dos direitos dos trabalhadores e na promoção da justiça social.

A trajetória histórica do movimento sindical no Brasil revela uma jornada de lutas e conquistas, caracterizada por momentos de resistência e avanços significativos na consolidação dos direitos, indo além do escopo trabalhista. Contudo, ao analisar a organização dos trabalhadores no serviço público municipal do Ceará, emergem desafios específicos. Embora existam similaridades nos 184 municípios cearenses, cada um apresenta suas peculiaridades.

A investigação das relações de poder estabelecidas por líderes políticos, tanto no interior do estado quanto na região metropolitana de Fortaleza e na própria capital, revela que, em determinados períodos históricos, as opressões e a exploração se intensificaram. Nesse contexto, observa-se o uso do Estado como instrumento de fortalecimento de grupos políticos, visando perpetuar a dependência do povo em relação às lideranças detentoras de poder político e econômico. Essa proximidade em alguns municípios inibe a organização dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Uma das estratégias adotadas pela Fetamce para fortalecer a luta dos servidores municipais do Ceará foi a regionalização do território cearense. Embora haja semelhanças em todo o estado, algumas regiões ainda mantêm práticas políticas mais arcaicas, o que resulta na falta de organização da classe trabalhadora. Quando ocorre a organização, além da resistência contra a retirada de direitos, os trabalhadores enfrentam perseguições, ameaças às lideranças e ações antissindicais.

Nesse sentido, mediante a realização da pesquisa foi possível inferir que as questões de gênero estão imbricadas no sindicalismo brasileiro, de modo que a luta feminina pela efetivação de serviço de qualidade é marcada por desafios estruturais e uma cultura institucional e política de cunho machista e misógino. Isso reverbera direta e indiretamente na maneira de organização social dos sindicatos e federação.

Constata-se, assim, um grande protagonismo feminino na luta sindical, mesmo diante da reprodução de estigmas e estereótipos por parte de arautos defensores de uma política arcaica e conservadora. Em tese, em vista da realização da pesquisa, ampliou-se o arcabouço teórico-metodológico, subsidiado em leituras crítica dos fatos da tessitura social. Portanto, o texto possibilita que novos caminhos e questões de pesquisas sejam traçados, visando refletir sobre o sindicalismo no Brasil e a imersão nas discussões de gênero.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2019.
- APOLINÁRIO, F. **Metodologia da ciência**: Filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
- BRAGA, R. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BRAGA, R. **A rebeldia do precariado**: trabalho e neoliberalismo no Sul global. São Paulo: Boitempo, 2017.
- CARVALHAL, T. B.; THOMAZ JUNIOR, A. Gênero, classe e trabalho. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 28, p. 137-162, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7395>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- FERRAZ, A. S. Novos rumos do sindicalismo no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 29, n. 86, p. 109-123, 2014. DOI: 10.1590/S0102-69092014000300008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/Wb4k5KRjBQMTBC7XDdSCzyv/>. Acesso em: 18 de jul. 2023.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HARVEY, D. **O Enigma do Capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MATTOS, M. B. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- MATTOS, M. B. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MOLINA, H. **História do sindicalismo**. Curitiba: SINDISEAB, 2017.
- NOGUEIRA, A. J. F. M. **A liberdade desfigurada**: a trajetória do sindicalismo no setor público brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- PAULA, A. E. H. **A relação entre o estado e os sindicatos no Brasil sob uma perspectiva territorial**. São Paulo: Editora da UNESP, 2015.
- POCHMANN, M. **O sindicato tem futuro?** São Paulo: Expressão Popular: 2022.
- ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP). (org.). **Edital Datathon**: desigualdade de gênero no serviço público. Brasília: ENAP, 2024.
- ROSSI, W. **Para entender os sindicatos no Brasil**: uma visão classista. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SOUZA, J. **A elite do atraso**: da escravidão à lava jato. São Paulo: Leya, 2017.

THOMAZ JUNIOR, A. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana**: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Anablume/Fapesp, 2002.

TORRES, T. J. F.; SOUSA JÚNIOR, A. R.; BRAZIL, V. T. As características e os impactos das narrativas de Jair Messias Bolsonaro. **Revista Boletim de Conjuntura**, Boa Vista, v. 5, n. 15, p. 1-14, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.455317. Disponível em: <https://revistaboletimconjuntura.com.br/boca/article/view/257>. Acesso em: 6 fev. 2026.

CRediT Author Statement

- ☐ **Reconhecimentos:** Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA e a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras no Serviço Público Municipal do Estado do Ceará - Fetamce.
 - ☐ **Financiamento:** Não houve financiamento para a realização desta pesquisa.
 - ☐ **Conflitos de interesse:** Os(as) autores(as) declaram não haver conflitos de interesse relacionados ao presente trabalho.
 - ☐ **Aprovação ética:** A pesquisa não foi submetida a comitê de ética, por tratar-se de revisão bibliográfica e levantamento documental, respeitando assim os princípios éticos da pesquisa científica.
 - ☐ **Disponibilidade de dados e material:** Os dados e materiais utilizados consistem em referências bibliográficas, documentos públicos, estando disponíveis para acesso mediante solicitação à autora responsável.
 - ☐ **Contribuições dos autores:** Autora principal: Concepção, desenvolvimento teórico-metodológico, levantamento bibliográfico e documental, realização das entrevistas, análise dos dados e redação do manuscrito. Demais autores(as): Orientação acadêmica, acompanhamento metodológico, revisão crítica e adequação final do texto.
-